

“Pela paz e por uma vida melhor”: A Federação de Mulheres do Estado de São Paulo e a organização política das trabalhadoras (1948-1953)

Ana Clara Nunes Tavares*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 25 maio 2025

Aprovado em: 15 set. 2025

Publicado em: 30 abr. 2026


Resumo

Este artigo explora o papel da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP) entre 1948 e 1953, destacando sua atuação política e organização de trabalhadoras no contexto entre as “ondas” do movimento feminista. Fundamentado em fontes primárias, sobretudo documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o texto examina as estratégias da FMESP na luta por direitos femininos e melhores condições de vida, com enfoque nas trabalhadoras. A FMESP articulou demandas por igualdade salarial, assistência social, e reformas no local de trabalho, enquanto enfrentava intensa repressão política. A análise revela a importância da FMESP como espaço de mobilização e construção de uma agenda reivindicatória ampla e específica, tensionando as fronteiras entre público e privado, e questiona a divisão historiográfica rígida do feminismo em “ondas”. Assim, o artigo contribui para um entendimento mais inclusivo da história do feminismo no Brasil, evidenciando a relevância da ação contínua das mulheres trabalhadoras na luta por seus direitos.

Palavras-chave: Federação de Mulheres do Estado de São Paulo. Trabalhadoras. Direitos da Mulher.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Doutoranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: anaclara_nt@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-6284-2011>

 <http://lattes.cnpq.br/0118222702572243>

“For Peace and a Better Life”: The Women's Federation of the State of São Paulo and the Political Organization of Working-Class Women (1948-1953)

Ana Clara Nunes Tavares*

Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 25th May 2024

Approved: 15th Sept. 2025

Published: 30th Apr. 2026

Abstract

This article explores the role of the Women's Federation of the State of São Paulo (*Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*, FMESP) between 1948 and 1953, highlighting its political activities and the organization of women workers within the context between the “waves” of the feminist movement. Based on historical sources, such as documents from the Department of Political and Social Order (DOPS), the text examines the FMESP's strategies in advocating for women's rights and better living conditions, focusing on Black and low-income women workers. The FMESP addressed demands for wage equality, social assistance, and workplace reforms while enduring intense political repression. The analysis underscores the FMESP's significance as a platform for mobilization and the development of a broad and specific advocacy agenda, challenging the rigid historiographical division of feminism into “waves”. This article thus contributes to a more inclusive understanding of feminism's history in Brazil, highlighting the vital role of women workers' continuous efforts in the fight for their rights.

Keywords: Women's Federation of the State of São Paulo. Women Workers. Women's Right.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

* PhD candidate in Social History of Culture at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. MA in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro; BA in History from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. Email: anaclara_nt@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-6284-2011>

 <http://lattes.cnpq.br/0118222702572243>

No Brasil, o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, auxiliado por outras associações, [...] levanta também a sua bandeira da paz, ao mesmo tempo que pugna pela concessão de mais amplos direitos às mulheres brasileiras. Visa perfeita igualdade para ambos os sexos. Não pode haver hiato após a conquista do voto feminino, concedido de 1928, pelo governo do Rio Grande do Norte, atendendo ao apelo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1933 com extensão do voto a todas as brasileiras e a entrada destas na Constituinte.

À todas as mulheres deve ser franqueado o direito ao trabalho, à instrução, a qualquer posição de responsabilidade, profissão ou cargos de administração pública, em condição semelhante à dos homens, com igualdade de direitos políticos, econômicos e civis. (*Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 5 set. 1947, p. 7).

Este é um trecho da “Proclamação às mulheres brasileiras”, publicada no jornal *Momento Feminino* em setembro de 1947. Lançada pelo Instituto Feminino do Serviço Construtivo (IFSC), a proclamação ditava o tom da intensa mobilização feminina que se seguiria nos anos subsequentes, encabeçada pela Federação de Mulheres do Brasil (FMB) – instituição fundada a partir do IFSC (Alves, 2020, p. 19) – e protagonizada por suas filiadas estaduais, em especial a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP).

O documento evidencia a preocupação das mulheres organizadas em torno do IFSC de que houvesse algum tipo de hiato na organização política feminina após a conquista do voto. Elas estavam motivadas a manter ativa a agenda reivindicatória de mulheres e fomentar o debate público acerca dos direitos femininos, buscando garantir a efetivação daqueles que já haviam conquistado, bem como, conquistar os que ainda demandavam. Desta maneira, este artigo busca contribuir com um movimento historiográfico que visa questionar o modelo de divisão do feminismo em ondas (Alves, 2020; Fraccaro, 2018) e demonstrar que esse hiato de fato nunca existiu (Nunes, 2021; Soares, 2021; Pires, 2023).

Cumprindo seu propósito, a FMB e a FMESP se consolidaram como importantes ferramentas para a luta das mulheres “pela paz e por uma vida melhor”¹ entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, especialmente para as trabalhadoras. A forma como elas se mobilizaram em torno dessas instituições e na busca por melhores condições de vida garantiu a inexistência de hiato na organização feminina, como veremos.

É evidente o tom emancipatório da proclamação, que se refere à “busca pela perfeita igualdade entre ambos os sexos” – notadamente de direitos políticos, econômicos e civis. Naquele período, contudo, a luta pela emancipação feminina não necessariamente era sinônimo de feminismo. Conforme

1 Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Prontuário 108.021. *1ª Convenção Feminina*. São Paulo, mar. 1949.

aponta Iracélli Alves (2020), por considerarem um movimento elitista e liberal, muitas dessas mulheres não se identificavam como feministas. Ao contrário, rejeitavam o rótulo. No entanto, a historiadora defende que – a partir do entendimento que se tem atualmente sobre feminismo – é possível pensar nessas mulheres como feministas, tendo em vista que se mobilizaram de forma efetiva contra as hierarquias de gênero. Desse modo, a ideia específica que se tinha sobre feminismo neste determinado contexto histórico, não impede o uso do conceito de feminismo como categoria analítica.

O período mais intenso de mobilização da FMB e da FMESP, que se estende da criação das entidades – respectivamente em 1949 e 1948 – até meados da década de 1950 (Tavares, 2023, p. 31), é justamente o espaço temporal entre as chamadas primeira e segunda ondas do feminismo. Essa divisão do feminismo em ondas é feita a partir dos marcos considerados hegemônicos em cada período (Fraccaro, 2018b, p. 10) e desconsidera a emergência de outros movimentos e agendas políticas que se não se enquadram nesses marcos rígidos. Nessa perspectiva, é como se houvesse um vazio em termos de mobilização política feminina no período compreendido entre essas duas ondas. Alves (2020, p. 20) aponta que, de forma genérica, as diferentes formas de organização política experienciadas neste período são chamadas de “movimento de mulheres”, o que para a autora trata-se, na verdade, de um “feminismo entre ondas”.

O presente artigo visa, dessa forma, corroborar com essa perspectiva, que defende a emergência de um feminismo entre ondas, destacando a atuação política das mulheres organizadas em torno da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, em especial as trabalhadoras, na luta por melhores condições de vida e pela garantia de direitos específicos de sua classe e gênero — ainda mais latentes para as mulheres negras. Busca-se demonstrar como as trabalhadoras estiveram se organizando, institucionalizadas através da FMESP, em prol de emancipação política e de uma agenda reivindicatória própria e complexa, no período compreendido entre a emergência da primeira e segunda onda do feminismo. Essas mulheres se articularam intensa e ativamente, dando centralidade às suas principais demandas.

O recorte temporal escolhido – entre 1948 e 1953 – é iniciado pela fundação da FMESP e estende-se pelo período de maior influência política da entidade. A maior parte das fontes utilizadas fazem parte do prontuário da FMESP, produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, e trata-se de uma vasta documentação recolhida em sua sede durante os cumprimentos dos mandados de busca e apreensão que sofreu ao longo dos anos de seu funcionamento. Essa parte da documentação foi elaborada pelas próprias filiadas da FMESP. Esses registros revelam uma rica produção intelectual das filiadas, que elaboraram teses, manifestos e materiais de mobilização política, muitas vezes sob condições adversas.

Outros documentos, que também compõem o prontuário e serão utilizados neste artigo, foram produzidos pela própria polícia política no âmbito de suas investigações sobre a entidade. Os relatórios do DOPS frequentemente reduziam a luta das mulheres a um suposto perigo comunista, não apenas categorizando as ações da FMESP como subversivas, mas também buscando justificar a repressão estatal por meio de discursos que deslegitimavam suas demandas. É importante ressaltar a necessidade de uma leitura crítica das fontes, uma vez que elas foram produzidas e organizadas por um órgão repressivo, que buscava justificar suas ações e criminalizar a atuação política feminina. A análise

cuidadosa desse material permite resgatar não apenas as narrativas oficiais, mas também as vozes e estratégias das mulheres que participaram da FMESP.

A organização da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo

O engajamento feminino na luta por melhores condições de vida no final da década de 1940 e a experiência de organização em torno da FMB e da FMESP, demonstram que as mulheres sempre estiveram atuando em prol de emancipação e de suas próprias demandas, dentro das possibilidades de seu contexto histórico, com uma ampla e complexa agenda política. Tal dinâmica pode ser observada a partir da proclamação publicada pelo IFSC, que evidencia como essa agenda política da entidade era ampla e diversa.

Além dos direitos das mulheres, a instituição estava atenta a campanhas de educação, economia, proteção à criança, contra a carestia do custo de vida e, sobretudo, de manutenção da paz. Tratava-se de um apelo para que as mulheres se organizassem na luta por melhores condições de vida e por direitos de forma institucionalizada e organizada, defendendo a ideia de que só seria possível combater as mazelas sociais que atingiam as famílias a partir de um movimento feminino unificado.

A agenda reivindicatória proposta estava atrelada às pautas cotidianas das mulheres da classe trabalhadora, já que dizia respeito a aspectos que impactavam diretamente suas experiências de vida. E era justamente desses sujeitos que a FMB e a FMESP buscavam se aproximar. Não por acaso, os manifestos e as demais publicações de divulgação das atividades da entidade muitas vezes eram diretamente dirigidas às operárias, donas de casa e trabalhadoras rurais.

Assim como sua instituição fundadora, a FMB e a FMESP eram orientadas pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), órgão de orientação comunista, criado em 1945 por um coletivo de mulheres antifascistas de diversas partes do mundo. A FDIM foi responsável por produzir e promover um discurso pacifista e fortemente politizado, que – em um contexto de Guerra Fria – apontava a União Soviética como a única potência capaz de defender a paz no mundo (Rodrigo, 2017, p. 1).

Influenciadas pela FDIM, a FMB e suas filiadas tinham como finalidade levantar essa bandeira da paz mundial e lutar pelo cumprimento e ampliação dos direitos femininos. Nesse sentido, durante a primeira reunião da FMESP, Alice Tibiriçá² pontuou a necessidade de que as mulheres se organizassem em prol da paz mundial, considerando que apenas a partir da

2 Alice Tibiriçá (1886-1950) foi uma das principais representantes da causa da hanseníase – à época, conhecida como lepra – e militante engajada na luta pelos direitos femininos. Em 1947, organizou, de forma pioneira no país, a comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Alice foi presidenta do IFSC e idealizadora da FMB e da FMESP.

efetivação e a manutenção da paz elas poderiam se libertar dos preconceitos que as impediam de contribuir para o progresso da nação e para as lutas em torno da consolidação dos direitos femininos.³

Embora definida como uma entidade suprapartidária, a aproximação da FMESP com o Partido Comunista do Brasil (PCB) estava implícita em suas diretrizes e ações efetivas, levando em consideração esse engajamento expressivo na Campanha pela Paz, uma das principais pautas do partido naquele período. Essa agenda estava inserida na linha política adotada em 1948 e foi sistematizada pelo Manifesto de Agosto em 1950, passando a ditar a conduta do partido e de seus militantes. Não por acaso, o discurso de Alice Tibiriçá se alinhava à premissa dos comunistas, que entendiam ser necessário criar condições sociais propícias para viabilizar a luta pela paz mundial. Por isso, a Campanha pela Paz geralmente englobava mobilizações por aumento de salários, liberdade sindical e contra o alto custo de vida, por exemplo.

As mulheres da FMESP consideravam, também, que somente com a paz as dificuldades econômicas do povo seriam resolvidas e os direitos femininos seriam consolidados. Essas questões estavam, assim, intimamente associadas e precisavam ser discutidas e defendidas em conjunto. A paz era entendida não apenas como ausência de guerra, mas como condição essencial para o avanço da igualdade de gênero, a proteção às famílias e a melhoria das condições de vida. Esse discurso demonstra como as trabalhadoras integravam demandas locais a um projeto global de transformação social, reafirmando sua agência em um contexto de intensas disputas políticas. Desse modo, a finalidade da FMESP, prevista em estatuto, era a defesa da paz no mundo e a luta pela conquista dos direitos da mulher.⁴

Cabe ressaltar que a Campanha pela Paz foi reprimida na mesma intensidade que qualquer outra atividade comunista neste período de suposta experiência democrática, em que o PCB estava na ilegalidade (Pomar, 2002). O DOPS de São Paulo passou a proibir, a partir de 1949, qualquer atividade relacionada à campanha. Dada sua finalidade e o teor de sua atuação, a FMESP se tornou alvo da polícia política logo nos primeiros meses após sua fundação e assim continuou até ter suas atividades encerradas, pela primeira vez em 1957 – por um período de seis meses — por decreto assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek,⁵ e depois em 1964, após o golpe civil-militar.

3 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Livro de atas*. São Paulo, 1948.

4 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Estatuto da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo*. São Paulo, nov. 1948.

5 BRASIL. *Decreto-Lei nº 40.789, de 22 de janeiro de 1957*. Suspende o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal.

Uma ordem de serviço dirigida à Delegacia Especializada de Ordem Social, emitida em outubro de 1948 – apenas alguns meses após sua fundação – recomendava que fossem realizadas investigações sobre a federação, caracterizada como uma “entidade lançada por um grupo de mulheres comunistas”.⁶ Assim, a entidade começou a ser constantemente vigiada por investigadores do serviço secreto do DOPS, que compareciam às conferências, festas, comícios e qualquer outro tipo de evento organizado pela FMESP, registrando todas as atividades da entidade e acumulando uma série de informações no prontuário e no dossiê criados para fins de investigação.

Até mesmo o recolhimento de assinaturas para abaixo assinados pela paz resultava em prisões ou coerções violentas. Apesar da repressão, esse repertório foi amplamente utilizado por militantes naquele período, sobretudo pela FMB e pela FMESP: em circulares enviadas a todas as suas entidades filiadas, a Federação nacional iniciava campanhas por assinaturas para apelos de paz e, conseqüentemente, a entidade paulista buscava o engajamento de suas filiadas para cumprir a meta, estabelecendo quotas para cada uma delas. Os abaixo-assinados circulavam em fábricas, praças, bailes e demais espaços públicos.

Em novembro de 1948, a direção da FMESP visitou a Câmara Municipal e conseguiu apoio de vereadores de diferentes partidos políticos para colocar mesinhas em alguns pontos da cidade a fim de recolher finanças. Conseguiram também licença para realizar uma ação entre amigos e imprimir selos de propaganda, além da isenção da taxa de utilização do estádio Pacaembu para realizar um baile.⁷ Entretanto, a Secretaria de Educação e Cultura solicitou informações sobre a FMESP ao DOPS antes de conceder a autorização definitiva para a realização do baile. O delegado auxiliar sugeriu que a autorização fosse negada em prol da “tranquilidade futura da família paulistana”, apontando o empenho dos “elementos ativistas do sexo feminino” da FMESP – descrita como organização auxiliar do PCB – em organizar as mulheres para congressos pela paz.⁸

É interessante notar como a polícia política enxergava as atividades da FMESP, incluindo a Campanhas pela Paz, como uma ameaça à “tranquilidade da família”. A sugestão do delegado auxiliar de negar a autorização para os eventos da Federação evidencia o contexto de intensa vigilância anticomunista da época. Embora muitas filiadas da FMESP fossem, de fato, ligadas ao PCB, a associação automática entre a luta pela paz e uma suposta subversão comunista revela a incapacidade das autoridades em reconhecer a legitimidade de suas demandas. Essa postura reforçava a narrativa de que qualquer organização que flertasse

6 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Investigação sobre a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. São Paulo, 8 out. 1948.

7 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Livro de atas FMESP*. São Paulo, 10 nov. 1948.

8 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Carta enviada ao Delegado Auxiliar da 5ª Divisão Policial*. São Paulo, 9 mar. 1949.

com o partido era, por definição, perigosa, mesmo quando promovia pautas amplamente desejadas e que podiam atrair pessoas de diferentes ideologias políticas, como melhores condições de vida e a proteção social. Ao qualificar essas mulheres como “elementos ativistas do sexo feminino”, a polícia não apenas deslegitimava suas ações, mas também buscava marginalizar suas reivindicações, reduzindo-as a um rótulo ideológico.

Toda e qualquer mobilização em prol da paz era compreendida pela polícia política como uma farsa criada para camuflar os reais interesses do comunismo internacional e uma estratégia de autopropaganda por parte do partido (Ribeiro, 2011, p. 144). Diante disso, o deputado Cid Franco interpelou o DOPS sobre a prisão da então vice-presidenta da FMESP, Ana de Andrade, em 1952. Franco argumentou que qualquer pessoa que falasse em paz ou que se opusesse ao envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia passava a ser considerada “agitadora subversiva comunista”. O delegado adjunto da Delegacia de Ordem Social, Hugo Ribeiro da Silva, responsável pela prisão de várias mulheres ligadas ao movimento pela paz, o respondeu dizendo que todas aquelas que levantassem a bandeira da paz em consonância com a campanha comunista deveriam ser reprimidas, pois estariam atuando contra o interesse nacional.⁹

A repressão à FMESP não deve ser observada de forma isolada, mas como parte de um amplo esforço estatal para deslegitimar movimentos sociais e políticos que questionavam as estruturas de poder da época. O enquadramento das campanhas pacifistas como subversivas demonstra como o governo utilizava a lógica anticomunista para justificar o controle sobre organizações que mobilizavam parcelas significativas da população, especialmente a classe trabalhadora. Nesse sentido, a vigilância constante sobre a FMESP e suas filiadas contribuía para inviabilizar o fortalecimento de movimentos que articulavam demandas de classe em um cenário político marcado por profundas desigualdades.

Com a intenção de suavizar essa repressão política, as mulheres da FMESP costumavam enviar ao DOPS comunicados sobre os atos públicos, comícios e conferências que realizavam, o que fizeram com a Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo¹⁰, um dos mais importantes eventos produzidos pela federação, como veremos. Muitas vezes, contudo, as atividades não eram autorizadas, sob a alegação de que tinham fins de propaganda comunista.

Diante deste panorama, a direção da FMESP denunciou a perseguição que a entidade sofria por parte da polícia política em um telegrama enviado ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), apontando e se manifestando contra a investida da polícia comandada pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, contra a

9 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Circular n.º 82 da Federação de Mulheres do Brasil*. São Paulo, 22 jan.1952.

10 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Encerramento da Convenção Feminina estadual, pela Federação Feminina do Estado de São Paulo, no salão da Associação das Classes Laboriosas*. São Paulo, 31 mar. 1949.

organização de mulheres. A carta apelava para os compromissos com a liberdade de associação e pensamento lavrados pelos países-membros.¹¹

Apesar da repressão exercida pelo governo e pela polícia política, as associadas da FMESP mantiveram-se engajadas na Campanha pela Paz e nas agendas políticas que a campanha abarcava. Entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, se articularam em diversas frentes, visando os direitos femininos, e buscaram organizar as pautas e as demandas de sua mobilização política a partir do debate e da troca de experiência.

A Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo

A Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo, realizada entre 28 e 30 de março de 1949, foi organizada pela FMESP com o intuito de reunir mulheres de diferentes classes sociais e profissões para debater sobre reivindicações e direitos femininos. O objetivo era discutir, juntas, sobre as principais demandas femininas no estado e elaborar soluções para essas questões.

As mulheres foram convocadas à Convenção a partir de um manifesto amplamente divulgado, tanto no Momento Feminino, quanto através da distribuição de panfletos pelas ruas. O documento seguia a agenda política da Federação e abordava a questão da paz mundial e a defesa dos recursos naturais, além de dar destaque para o alto custo de vida e suas consequências para as famílias da classe trabalhadora. Importa destacar que o manifesto reivindicava a consolidação dos direitos da mulher, relacionando-os ao cuidado materno, carestia, assistência social e problemas domésticos,¹² pautas que indicam continuidade com lutas organizadas em períodos anteriores e posteriores ao momento de realização da Convenção.

Como dito anteriormente, o evento foi pensado para reunir figuras femininas de todas as classes sociais. No manifesto às mulheres de São Paulo, operárias, estudantes, donas de casa, intelectuais, camponesas e funcionárias públicas foram diretamente convocadas para os debates. Entretanto, o teor da discussão interessava especialmente às mulheres pobres, da classe trabalhadora, que tinham suas vidas diretamente impactadas pelos problemas que tomaram conta do debate.

11 APESP, DOPS, Prontuário 5884. *HOJE: Protesta a Federação de Mulheres contra a perseguição policial*. São Paulo, 16 mar. 1949.

12 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Manifesto às Mulheres de São Paulo*. São Paulo, dez. 1948.

O temário da Convenção englobava, especificamente, as seguintes pautas: salário igual para trabalho igual nas fábricas, melhores condições de trabalho, assistência médica e social, amparo às trabalhadoras do campo, o problema da mortalidade infantil e os altos casos de subnutrição aos quais os filhos de operárias e camponesas eram submetidos. As organizadoras do evento convidavam todas as mulheres para a luta contra a guerra, pela paz, pelo progresso e pela emancipação feminina (*Momento Feminino*, 1949, p. 11).¹³

Municípios, bairros e associações femininas do estado de São Paulo puderam eleger delegadas para representá-los na Convenção. Sabe-se que os municípios de Santos, Sorocaba, Campinas, Monte Aprazível, Vera Cruz, Taubaté e Guarulhos foram representados, assim como os bairros de Itaquera, Quarta Parada, Penha, Belém, Vila Maria, Ipiranga, Pinheiros e Cambuci. Como a maior parte do debate travado estava diretamente atrelado aos direitos das trabalhadoras e às suas principais reivindicações, muitas delas foram responsáveis por apresentar suas teses acerca dessas questões.

As delegadas eram responsáveis por elaborar proposições que reunissem as principais demandas dos grupos que representavam para serem debatidas durante o evento. As teses deveriam incluir conclusões gerais sobre a guerra, a questão do petróleo, o problema da mulher camponesa e reivindicações individuais e de seus municípios ou bairros, além de conclusões locais a respeito do abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, escolas, hospitais, aumento do custo de vida e demais pautas específicas de cada delegação.¹⁴

Um rascunho sobre a construção da tese indicava que a estrutura deveria conter introdução, apresentação das reivindicações, apresentação das consequências daquilo que se reivindicava e proposta de solução. Depois de apresentada, cada proposição era debatida por algumas das mulheres presentes, que quisessem e pudessem contribuir com o tema. Essas, apresentavam propostas e resoluções a serem incorporadas e, ao final, definia-se em conjunto se a proposição seria ou não aprovada pela Convenção para se tornar parte da agenda de mobilização da FMESP.¹⁵

Boa parte do material produzido pelas delegadas foi recolhido com outros documentos pelo DOPS durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão, em 1952, no escritório da FMESP, sediado na Rua da Liberdade, 120. Junto com algumas teses na íntegra, há rascunhos elaborados por algumas delegadas. É interessante notar as nuances na produção deste material. Algumas destas teses foram datilografadas, enquanto outras foram escritas à mão. Além disso, as diferenças sociais também podem ser evidenciadas no modo de

13 Pelo conforto e tranquilidade do lar brasileiro. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 20 maio 1949, p. 11.

14 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Carta enviada à Associação Feminina de Vera Cruz*. São Paulo, 10 fev. 1949.

15 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Da reunião ordinária realizada no prédio do Instituto dos Arquitetos*. São Paulo, 29 mar. 1949.

escrever e no próprio conteúdo das teses. Cabe ressaltar, ainda, que a maior parte das teses não foi assinada, o que impede identificar quem eram suas autoras. Provavelmente, algumas delegadas deixaram de assinar o documento justamente para evitar qualquer tipo de repressão caso a polícia política tivesse acesso ao material, como de fato teve.

A própria direção da FMESP indicou, ao final da Convenção, que muitos dos problemas apresentados e das questões postas em debate não eram conhecidas por algumas das mulheres presentes, que pertenciam a certa elite econômica e intelectual:

Os problemas mais importantes surgiram no decorrer de discussões de teses que, de pequenas e corriqueiras a princípio, se transformavam no fim em graves e profundas questões de interesse geral. Da boca das mulheres simples, por vezes semianalfabetas, conheceram as convencionais situações até então completamente ignoradas.¹⁶

Elaboradas por mulheres simples, por vezes semianalfabetas, muitas teses apresentavam problemas que afligiam diretamente as trabalhadoras, em especial as operárias, provavelmente a categoria profissional mais representada no evento, o que se explica pela íntima ligação que especialmente as operárias têxteis da capital paulista tinham com a FMESP (Tavares, 2023, p. 77). No resumo da Convenção, fica evidente a diferença de classe entre as mulheres que apresentaram suas teses e algumas das integrantes da FMESP e de parte das convencionais, que desconheciam muitos dos problemas enfrentados por mulheres da classe trabalhadora.

Os debates trouxeram à tona problemas frequentemente invisíveis para mulheres de contextos econômicos mais privilegiados. Essa dinâmica ressalta o papel fundamental da Convenção como um espaço de diálogo entre diferentes realidades sociais. Apesar disso, a ausência de uma discussão mais ampla sobre raça aponta para lacunas na inclusão de mulheres negras nas discussões, sugerindo uma tensão entre as dimensões de gênero, classe e raça que ainda precisava ser plenamente enfrentada.

De todo modo, as teses que, à princípio, apresentavam questões pequenas e corriqueiras, elucidam tópicos fundamentais das experiências das trabalhadoras e, inclusive, como elas compreendiam sua própria realidade e quais eram suas reivindicações mais latentes. A produção dessas proposições foi uma oportunidade de as próprias trabalhadoras elaborarem documentos que relataram suas experiências e principais demandas, registrando a visão dessas mulheres sobre diferentes aspectos do cotidiano e de suas condições de vida.

Um dos rascunhos encontrados no meio dos textos, sem autoria identificada, apontava uma constatação que pode parecer óbvia para um leitor dos dias atuais, mas que resume bem

16 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo*. São Paulo, [s. d.].

a desigual divisão sexual do trabalho e a dupla jornada enfrentada pelas trabalhadoras naquele período: “a mulher que trabalha, além de desempenhar todos os encargos de dona de casa, ainda tem que arcar com as responsabilidades do seu emprego fora de casa”.¹⁷ Essa única frase possibilitaria uma intensa discussão sobre o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres e os papéis tradicionais de gênero na sociedade brasileira e nos mundos do trabalho, mas o ponto principal é que as trabalhadoras estavam atentas a essa discussão naquele momento. A Convenção, nesse sentido, significou para essas mulheres um espaço de intensa teorização e debate dessas questões, no qual elas podiam ser ouvidas, compartilhar suas experiências e, em conjunto, buscar meios para solucionar os problemas que as afetavam de maneira direta.

A mesma autora afirmava, ainda, que dentre os principais problemas enfrentados pelas trabalhadoras, os mais latentes eram em relação à moradia, transporte, assiduidade, estrutura dos locais de trabalho, carestia e assistência social, demonstrando que essas questões estavam interligadas. Em sua tese, argumentou como esses fatores estavam atrelados uns aos outros e influenciavam diretamente em sua qualidade de vida e de sua família.

De acordo com ela, em geral o preço dos aluguéis na cidade de São Paulo era muito mais alto do que as famílias da classe trabalhadora poderiam pagar, fazendo com que a única opção fosse viver em casas de apenas um quarto e sob condições insalubres. Essas casas eram afastadas das regiões centrais e, conseqüentemente, dos locais de trabalho, o que implicava em enfrentar a precariedade do transporte público superlotado e, muitas vezes, insuficiente. Os atrasos para o trabalho eram praticamente inevitáveis, dada as condições do transporte. Esses atrasos, por sua vez, impediam o cumprimento da lei da assiduidade – em vigor desde 1949 – e geravam descontos nos salários, diminuindo ainda mais a renda mensal da família. Além disso, as condições de higiene nas fábricas também eram precárias: não possuíam vestiários individuais, o que facilitava o contágio de doenças, e nem refeitório, obrigando as operárias a comer em locais impróprios.

Na mesma tônica, a tecelã Salvadora Lopes¹⁸ denunciou em sua tese “A exploração da mulher dentro da empresa e a falta de proteção à infância” as condições de trabalho na indústria Votorantim. Segundo ela, algumas operárias iniciavam o trabalho na fábrica ainda de madrugada, porém a creche só começava a funcionar a partir das 7 horas da manhã. Assim, as crianças que iam com as mães, precisavam aguardar, descansando debruçadas em mesas. Além

17 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. Documento avulso. [s. d.].

18 Salvadora Lopes (1918-2006) foi uma operária têxtil e líder sindical. Comunista, foi a primeira mulher eleita como vereadora de Sorocaba, abrigada na sigla do Partido Social Trabalhista (PST), em 1947, porém teve a candidatura cassada no dia da posse. Filiada à FMESP, se comprometeu, em sua campanha para a vereança, a legislar para as mulheres. Em 1950, candidatou-se à Câmara Federal, entretanto foi presa e agredida dias antes da eleição. Em 1952, foi expulsa do PCB, sob a acusação de sectarismo. Ver mais em Cavalheiro (2001).

disso, a creche só recebia crianças até sete anos de idade, fazendo com que os mais velhos precisassem ficar na rua, “expondo-se ao perigo”.¹⁹

Salvadora considerava fundamental que as mulheres se organizassem na luta por uma vida melhor, na qual seus filhos vivessem em condições adequadas, de forma que pudessem trabalhar tranquilamente. Considerando a maternidade como parte da experiência feminina, a tecelã argumentava sobre a importância de uma solução em relação ao cuidado dos filhos para que as trabalhadoras pudessem exercer suas funções sem precisarem se preocupar com os perigos aos quais estavam expostas. Sob esta perspectiva, a questão das creches disponíveis em todo o horário de trabalho e também para crianças maiores de sete anos era crucial para viabilizar o trabalho feminino.

Assim como a autora não identificada, Lopes também denunciou as condições insalubres nos locais de trabalho, fator responsável por um alto número de casos de tuberculose entre as trabalhadoras. Sua denúncia às condições de trabalho na Votorantim escancarou os diversos riscos aos quais as trabalhadoras estavam expostas, nessa e em tantas outras empresas. Apontou, ainda, que homens e mulheres que exerciam os mesmos serviços, nas mesmas seções da fábrica, recebiam salários diferentes.

Apesar da igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função ser determinada pelo Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, a legislação não era cumprida pelos empregadores. Não por acaso, a questão da desigualdade salarial foi central no debate realizado durante a Convenção, tornando-se, inclusive, tema principal da tese apresentada por Luiza Monteiro – sobre quem não se tem muitas informações, apenas que era representante do bairro de Pinheiros e que foi eleita membro da comissão de propaganda nesta Convenção –, intitulada “igual salário para igual trabalho”.

De acordo com Monteiro, o encarecimento do custo de vida havia tornado os salários dos homens insuficientes para o sustento familiar, gerando a necessidade de que as mulheres também trabalhassem. O debate sobre a obrigatoriedade das mulheres se inserirem no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar fazia parte da experiência das trabalhadoras há décadas. A demanda para que os salários dos homens fossem mais altos e capazes de suprir toda a família, nesse caso, não era uma novidade posta na década de 1940 e nem apenas propriamente desta conjuntura (Fraccaro, 2018; Pires, 2023).

A autora também ressaltou que, identificadas como “sexo frágil”, as mulheres eram comparadas às crianças nos ambientes de trabalho. Contudo, a calma, meticulosidade e grave senso de responsabilidade da mulher trabalhadora, permitia que desempenhasse suas funções “tão satisfatoriamente quanto os homens”, cumprindo os mesmos horários e exercendo o mesmo serviço, com a mesma capacidade de produção, porém recebendo uma remuneração inferior. De acordo com ela, os salários das mulheres chegavam a ser entre 50%

19 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *A exploração da mulher dentro da empresa e a falta de proteção à infância - Salvador Lopes*. São Paulo, [s. d.].

e 60% menor que os dos homens. Não por acaso, os patrões optavam por empregar mulheres, já que exerciam a mesma função, mas recebiam menos.²⁰

Para além da imprecisão dos dados apresentados pela delegada, importa notar como essa realidade era compreendida por ela e a forma pela qual a situação era descrita. Monteiro utilizava estereótipos de gênero para justificar o desempenho das mulheres no serviço, ao mesmo tempo em que apontava a alta capacidade produtiva feminina, argumentando pela necessidade de que as mesmas funções tivessem a mesma remuneração.

Outra tese de autoria desconhecida, intitulada “Tese sobre a mulher que trabalha”, buscava apontar soluções para os problemas enfrentados pelas trabalhadoras. A delegada considerava necessário que todas as operárias, independente de religião e partido político, se organizassem em uma frente única com a finalidade de lutar contra as explorações as quais eram submetidas, pleiteando aumento de salários para que pudessem enfrentar a carestia do custo de vida, salário igual para trabalho igual, reforma de maquinário para facilitação do trabalho, construção de refeitórios e vestiários com armários individuais, licença remunerada antes e depois do parto, creche nas fábricas com direito a pausa de 3 em 3 horas para amamentação, fim da lei da assiduidade, abolição da espionagem e policiamento interno nas empresas.²¹

É importante frisar que a maior parte das reivindicações levantadas pelas delegadas em suas proposições já faziam parte do arcabouço de demandas das trabalhadoras há muitos anos (Fraccaro, 2018). Parte dessas pautas, inclusive, já haviam sido contempladas pelo decreto de 1932, como a igualdade salarial, mas continuavam sendo reivindicadas, já que os patrões burlavam a lei e a fiscalização estatal era ineficaz (Pires, 2023).

Embora muitas das demandas apresentadas na Convenção já fossem pautas históricas das mulheres, sua repetição demonstra como essas questões permaneciam negligenciadas. Isso reflete tanto a resistência das elites econômicas em cumprir a legislação existente quanto a ineficácia dos mecanismos de fiscalização do Estado. A insistência das trabalhadoras em reiterar essas reivindicações evidencia um esforço contínuo para transformar direitos formalmente garantidos em práticas efetivas, ressaltando o papel central da FMESP na articulação dessas demandas.

Além dos temas já recorrentes na agenda do evento, essa autora ressaltou outros importantes aspectos da realidade das trabalhadoras. Em primeiro lugar, a questão da maternidade, fundamental para essas mulheres, que precisavam ter seus direitos assegurados em momento de gravidez e, principalmente, condições de trabalhar sem prejudicar o desenvolvimento e a criação de seus filhos. Além disso, a constante vigilância à qual eram

20 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Igual salário para igual trabalho - Luiza Monteiro*. São Paulo, [s. d.].

21 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Tese sobre a mulher que trabalha*. São Paulo, [s. d.].

submetidas no ambiente de trabalho, que mitigava suas possibilidades de mobilização por melhores condições de trabalho e suas chances de barganha.

As pautas das trabalhadoras domésticas também foram destacadas durante o evento. Sofia Teixeira Campos,²² eleita presidenta da FMESP nesta Convenção, foi responsável por elaborar a tese “Sobre as domésticas”. Importa dizer que Sofia é a única mulher negra que se tem registro neste evento. Mais de uma vez, foi descrita por agentes do Serviço Secreto do DOPS da seguinte maneira: “esta é negra e usa óculos”. Não há como afirmar que tratava-se da única mulher negra na FMESP ou mesmo em sua direção, mas é a única da qual se tem certeza da racialização. A necessidade dos agentes em ressaltar a cor de sua pele todas as vezes em que é citada, indica a possibilidade de que não fosse comum ver mulheres negras naquele espaço. De toda forma, é significativo que a única tese sobre o trabalho doméstico tenha sido elaborada pela única delegada negra que se tem registro.

Em sua tese, Sofia destaca o direito de associação das trabalhadoras domésticas, elucidando a importância da organização da categoria para alcançar seus objetivos. A delegada se ancora na Constituição – especificamente no artigo que garantia a liberdade de associação para fins lícitos – para solicitar que a Convenção reconhecesse a necessidade de apoiar a luta das domésticas, pleiteando a sindicalização imediata da categoria com o objetivo de conquistar férias remuneradas, descanso semanal, horário diário de trabalho, aviso prévio de ambas as partes, estabilidade, aposentadoria, amparo aos filhos das trabalhadoras e serviço médico. Segundo ela, as trabalhadoras domésticas não gozavam de seus direitos sociais, o que era inadmissível em uma democracia.²³

Iracéli Alves (2022) argumenta que o debate levantado pela nova presidenta da FMESP estava inserido na agenda das feministas que atuavam em sintonia com o Partido Comunista. A historiadora demonstra como, desde sua fundação, a FMB esteve atenta às pautas das trabalhadoras domésticas, que já vinham sendo debatidas pela categoria desde a década de 1930. Ao longo dos anos de mobilização, as trabalhadoras domésticas se articularam com diferentes grupos, inclusive a Federação de Mulheres do Brasil, o que, podemos inferir, indica uma ligação com a estadual de São Paulo também. Segundo Alves, as trabalhadoras domésticas estiveram atuantes na FMB, o que considera ter influenciado na inserção do debate em torno da sindicalização e demais direitos para a categoria na agenda das feministas comunistas.

Grande parte das proposições debatidas no evento, como as reproduzidas neste artigo,

22 Sofia Campos Teixeira foi uma professora e grande ativista da pauta racial e do trabalho feminino, que defendia especialmente os direitos das mulheres negras. Contribuiu diretamente com a imprensa negra, escrevendo para os jornais *Alvorada* e *Novo Horizonte* e a revista *Senzala*. Teve uma atuação importante na formação da Esquerda Democrática de São Paulo, que depois se tornaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e foi candidata à deputada estadual em 1947 e à deputada federal em 1950.

23 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Tese sobre as domésticas - Sofia Campos Teixeira*. São Paulo, [s. d.].

refletiam demandas fundamentais para as trabalhadoras e pleiteavam melhores condições de vida e a consolidação de determinados direitos para essas mulheres. O teor das questões discutidas durante a Convenção, levantadas pelas teses elaboradas pelas delegadas, indica o caráter generificado das demandas das trabalhadoras.

Conforme apresentado na tese “A mulher e as organizações profissionais, sindicatos, etc”, também de autoria desconhecida, compreendia-se a importância de uma organização de mulheres ativa, tendo em vista a diferença entre a realidade feminina e masculina. Na tese, a autora destacou que a mulher tinha reivindicações específicas a defender, inerentes ao trabalho, à saúde, à maternidade, à higiene e aos bons costumes. Dada a especificidade das reivindicações femininas, a organização de mulheres em prol de suas próprias demandas era considerada mais do que necessária.²⁴ Como bem observado pela autora, diferente das reivindicações masculinas, as femininas estavam diretamente atreladas à responsabilidade com os filhos e ao trabalho de cuidado, questões consideradas de âmbito doméstico. Conforme elas mesmas apontavam, as trabalhadoras apresentavam reivindicações específicas, ligadas aos papéis tradicionalmente assumidos pelas mulheres na sociedade.

A partir dos debates travados em torno dessas e de outras teses apresentadas, as mulheres reunidas na Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo aprovaram em reunião ordinária que fosse enviado um protesto contra a falta de liberdade sindical e a falta de assistência social aos trabalhadores e suas famílias à Organização das Nações Unidas, denunciando também a perseguição policial a qual os trabalhadores eram submetidos naquele momento.²⁵

Embora tivesse a Campanha pela Paz como norteadora dos debates, a Convenção Feminina ocorreu sem nenhum tipo de intercorrência, conforme apontou um investigador do serviço secreto do DOPS, que acompanhou as atividades pessoalmente. De forma estratégica, a então vice-presidenta da FMESP, Laura de Andrade Franco, havia emitido um comunicado à Delegacia de Ordem Social, dias antes, informando sobre a sessão solene de encerramento do evento, que foi realizada no salão da Associação das Classes Laboriosas, na Rua do Carmo, 129.²⁶ Pressupõe-se que a direção da Federação tenha conseguido o espaço de forma gratuita, mas que o salão tenha sido utilizado apenas para a sessão de encerramento, já que as discussões das teses foram realizadas no Instituto dos Arquitetos, na rua Bento Freitas.

No comunicado, Laura informou que o governador de São Paulo, Adhemar de Barros,

24 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *A mulher e as organizações profissionais, sindicatos etc.* São Paulo, [s. d.].

25 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Da reunião ordinária realizada no prédio do Instituto dos Arquitetos.* São Paulo, 29 mar. 1949.

26 APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Encerramento da Convenção Feminina estadual, pela Federação Feminina do Estado de São Paulo, no salão da Associação das Classes Laboriosas.* São Paulo, 31 mar. 1949.

também havia sido convidado para comparecer ao evento com sua esposa e que teria se comprometido a apoiar o movimento pela paz. Não há como confirmar que o governador tenha de fato se comprometido a apoiar o movimento ou mesmo comparecido ao evento. Seria no mínimo curioso que o tivesse feito, dado seu comprometimento com a repressão da Campanha pela Paz durante o mandato. De toda forma, sendo verdade ou não, frisar isso no comunicado foi uma boa estratégia, já que o apoio do governador poderia minar qualquer tipo de repressão ou impedimento ao evento.

A Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo emergiu como um espaço central de formulação de demandas por direitos. Embora os relatórios do DOPS descrevam o evento como pacífico, esse enquadramento desconsidera o potencial disruptivo das discussões ali travadas. As teses apresentadas – produzidas por trabalhadoras e posteriormente apreendidas pela polícia – revelam uma pluralidade de vozes e experiências que refletem a diversidade das mulheres presentes. Essa heterogeneidade evidenciava a complexidade das demandas femininas. Ao mesmo tempo, a Convenção serviu como um espaço de troca, onde as realidades das mulheres trabalhadoras, frequentemente negligenciadas pelas elites intelectuais, ganhavam centralidade.

Apesar da Convenção ter sido realizada sem nenhum tipo de intervenção policial, os anos que a sucederam foram marcados por intensa repressão às atividades da FMESP, que teve sua atuação política vigiada e coibida e algumas de suas filiadas perseguidas, presas e agredidas por parte da polícia política do estado. Entretanto, a Federação emergiu como ferramenta de reivindicação e organização para muitas mulheres durante todo o período em que esteve funcionando, especialmente para as trabalhadoras (Tavares, 2023, p. 93).

Considerações finais

As demandas das trabalhadoras, apresentadas em suas teses durante a Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo, possuem uma especificidade de gênero e de classe. Primeiro, porque as pautas reivindicadas estavam diretamente atreladas à experiência nos locais de trabalho e às condições de vida precárias às quais a classe trabalhadora era submetida. Segundo, porque a maior parte dessas pautas se relacionavam também aos cuidados maternos e com o lar, algo exógeno à experiência masculina.

Gênero e classe estavam profundamente imbricados na formulação de suas reivindicações. Mais do que simples reflexo das condições de trabalho e de vida precárias, essas pautas traduziam as experiências das trabalhadoras. As teses revelam ainda uma consciência coletiva em construção, na qual mulheres de diferentes contextos reconheciam tanto suas diferenças quanto a necessidade de articulação em torno de demandas comuns.

Sob esta perspectiva, questões de âmbito doméstico e público estavam sempre imbricadas para essas mulheres, que não abdicavam dos papéis tradicionais de gênero normalmente atribuídos a elas ao se organizarem politicamente. Isto porque, essa

possibilidade seria mesmo inviável, visto que a responsabilidade com os filhos e o trabalho de cuidado em geral era naturalmente atribuída a elas. Não havia, portanto, distinção entre questões de âmbito doméstico e público para elas, já que todas constituíam sua experiência.

Sua organização por melhores condições de vida e de trabalho demonstra que a inação nunca foi uma opção para as mulheres da classe trabalhadora, que estavam atentas à necessidade de se manterem organizadas politicamente para que seus direitos fossem de fato efetivados. A Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, nesse sentido, foi o espaço de organização e alinhamento dessa luta tão fundamental para as trabalhadoras.

Entre os anos finais de 1940 e iniciais de 1950, a FMESP – aliada à FMB – foi uma das entidades que mais se engajou na luta pelos direitos femininos. No período entre as “ondas” do movimento feminista, as mulheres filiadas à instituição se engajaram intensamente na luta pela emancipação feminina, pela equidade entre os gêneros e pela consolidação de seus próprios direitos. Desse modo, mesmo diante de intensa repressão política, essas mulheres protagonizaram um movimento pautado em uma agenda política heterogênea, ampla e específica, tensionando os limites entre público e privado e entrelaçando os papéis de produção e reprodução.

Referências

Legislação

BRASIL. *Decreto-Lei nº 40.789, de 22 de janeiro de 1957*. Suspende o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal.

Periódicos

PELO conforto e tranquilidade do lar brasileiro. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 20 maio 1949, p. 11.

PROCLAMAÇÃO às mulheres brasileiras. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 5 set. 1947, p. 7

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APESP)

APESP, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Prontuário 5.884. *HOJE: Protesta a Federação de Mulheres contra a perseguição policial*. São Paulo, 16 mar. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *1ª Convenção Feminina*. São Paulo, mar. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *A exploração da mulher dentro da empresa e a falta de proteção à infância* - Salvadora Lopes. São Paulo, [s. d.].

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *A mulher e as organizações profissionais, sindicatos etc.* São Paulo, [s. d.].

APESP, (DOPS, Prontuário 108.021. *Carta enviada à Associação Feminina de Vera Cruz*. São Paulo, 10 fev. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Carta enviada ao Delegado Auxiliar da 5ª Divisão Policial*. São Paulo, 9 mar. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Circular nº 82 da Federação de Mulheres do Brasil*. São Paulo, 22 jan. 1952.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Da reunião ordinária realizada no prédio do Instituto dos Arquitetos*. São Paulo, 29 mar. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. Documento avulso. [s. d.].

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Encerramento da Convenção Feminina estadual, pela Federação Feminina do Estado de São Paulo, no salão da Associação das Classes Laboriosas*. São Paulo, 31 mar. 1949.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Estatuto da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo*. São Paulo, nov. 1948.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Igual salário para igual trabalho* - Luiza Monteiro. São Paulo, [s. d.].

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Investigação sobre a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo*. São Paulo, 8 out. 1948.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Livro de atas*. São Paulo, 1948.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Manifesto às Mulheres de São Paulo*. São Paulo, dez. 1948.

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo*. São Paulo, [s. d.].

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Tese sobre a mulher que trabalha*. São Paulo, [s. d.].

APESP, DOPS, Prontuário 108.021. *Tese sobre as domésticas* - Sofia Campos Teixeira. São Paulo, [s./d.].

Bibliografia

ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2020.

ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-21, 2022.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora! Sorocaba*, SP: Linc, 2001.

FRACCARO, Glaucia. *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2018.

FRACCARO, Glaucia. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, v. 31, p. 7-26, 2018b.

NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistoli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PIRES, Isabelle Cristina. *"Queremos lutar para honrar o nosso trabalho": gênero, legislação social e operários/as têxteis no Rio de Janeiro (1926-1944)*. 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

POMAR, Pedro Estevam. *A democracia intolerante*. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: APESP, 2002.

RODRIGO, Mercedes Yusta. Mujeres para después de una guerra mundial: la Federación Democrática Internacional de Mujeres, empoderamiento femenino a comienzos de la Guerra Fría (1945-1951). In: *Autoridad, poder e influencia: mujeres que hacen Historia*. Icaria: [s. n.], 2017.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

SOARES, Paula Elise. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TAVARES, Ana Clara. *A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.